



CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA



Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014
6930/14
(OR. en)
PRESSE 96

7.ª Cimeira UE-Brasil
Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014
Declaração conjunta*

1. Nós, os líderes da União Europeia e da República Federativa do Brasil, reunimo-nos hoje em Bruxelas para reafirmar a nossa estreita parceria. Agora que ambos enfrentamos desafios globais, a nossa parceria representa uma oportunidade valiosa para proporcionar mais prosperidade e segurança para os nossos 700 milhões de cidadãos.
2. Hoje focámos os nossos debates na forma como utilizar e desenvolver todo o potencial da nossa parceria estratégica em três áreas-chave da cooperação, que são de interesse vital para os nossos cidadãos: primeiro, como garantir o crescimento económico e a criação de emprego de forma sólida, equilibrada e sustentável, incluindo em novos domínios emergentes; segundo, como cooperar de forma mais eficaz em questões-chave de política externa e na cooperação humanitária; e terceiro, como aprofundar a nossa parceria para enfrentar os desafios globais em áreas como o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas, o ambiente, a energia, os direitos humanos e a ciberpolítica internacional.

Potencializar a nossa parceria estratégica

3. Reafirmámos o nosso **empenho comum nos valores e princípios** da democracia e o do Estado de direito, do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, da promoção do desenvolvimento sustentável associado à inclusão social e da promoção da paz e segurança internacionais, nos quais se baseia a Parceria Estratégica UE-Brasil.

* The present document is a courtesy translation, provided by the General Secretariat of the Council, of the original English text.

I M P R E N S A

Rue de la Loi 175 B – 1048 BRUXELAS Tel.: +32 (0)2 281 6319 Fax: +32 (0)2 281 8026
press.office@consilium.europa.eu <http://www.consilium.europa.eu/press>

4. Analisámos os diálogos bilaterais existentes e refletimos sobre áreas-chave para a parceria nos próximos anos, nomeadamente para promover a paz e segurança internacionais; o crescimento inclusivo das nossas respetivas economias; promover a ciência, a tecnologia e a inovação, e para superar os desafios nas áreas do desenvolvimento sustentável, das alterações climáticas, do ambiente, da segurança energética e da ciberpolítica internacional. Estes objetivos deverão ser traduzidos em iniciativas concretas até ao próximo **Plano de Ação Conjunta UE-Brasil 2015-2017**.
5. Também concordámos em reforçar o nosso diálogo político bilateral **para aprofundar a convergência sobre a agenda global** e sobre as nossas posições nas instâncias internacionais. Neste contexto, reiterámos a importância de um sistema da ONU multilateral, forte e eficaz, baseado no direito internacional.
6. A promoção e proteção de todos os **direitos humanos** de todas as pessoas está no centro da nossa Parceria Estratégica. Reiterámos o nosso empenho na defesa da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, incluindo na luta contra as discriminações com base na orientação sexual ou na identidade de género. Acordámos em simplificar a nossa cooperação em Genebra e em Nova Iorque e em reforçar a cooperação em questões de interesse mútuo, como a pena de morte, a tortura, os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais para todos, o acesso aos alimentos, à educação e aos cuidados de saúde, os direitos das mulheres e das crianças, a não discriminação, o racismo e a xenofobia, a igualdade de género, as pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais), os povos indígenas, os defensores dos direitos humanos, a liberdade de expressão e liberdade de religião ou crença. Expressamos também o nosso forte apoio ao Tribunal Penal Internacional no seu esforço contra a impunidade pelas piores violações dos direitos humanos. Neste contexto, aguardamos com interesse a organização do 4.º Diálogo sobre os Direitos Humanos e o 3.º Seminário da Sociedade Civil no primeiro semestre de 2014.

Promover a competitividade, o crescimento e o emprego

7. Sublinhámos o potencial dos nossos **laços económicos** para estimular e gerar emprego na UE e no Brasil durante os próximos anos, e para reforçar as nossas economias para os desafios de competitividade do futuro. Acordámos em promover o comércio, o investimento e a inovação e em racionalizar a regulamentação, incluindo em matéria de concorrência, proporcionando desta forma benefícios às empresas, aos trabalhadores e aos consumidores. Salientámos, em particular, a necessidade de fomentar internacionalização das PME da UE e do Brasil para as tornar mais competitivas e resistentes a condições adversas dos respetivos mercados internos.

8. Neste contexto, saudámos os progressos do **Grupo Ad Hoc sobre Temas Económicos, concentrado no investimento e na competitividade**, uma iniciativa lançada na última Cimeira, e reafirmámos a importância de aproveitar as complementaridades existentes nas nossas economias, tirando partido dos pontos fortes e das áreas de excelência. Decidimos trabalhar de forma mais estreita para aprofundar a promoção das cadeias de fornecimento e de valor que foram desenvolvidas entre as nossas economias. Também saudámos os progressos alcançados no sentido de adotar o **Plano de Ação** conjunta que servirá de roteiro para o próximo ano. Será apresentado um relatório de progresso na próxima Cimeira.
9. Também salientámos a importância do fortalecimento dos **contactos entre as nossas comunidades empresariais**, em particular entre PME, com vista a promover o comércio e o investimento bilaterais e os intercâmbios em inovação, investigação e desenvolvimento para, desta forma, aumentar a competitividade das nossas empresas nos mercados globais. Sobre este ponto, aguardamos com interesse as recomendações da 7.^a Cimeira Empresarial UE-Brasil, que se realizará hoje em Bruxelas.
10. Acordámos em reforçar o nosso empenho no fortalecimento das nossas relações bilaterais de longa data e no aumento do nível de comunicação, cooperação e diálogo para a resolução de questões **sanitárias e fitossanitárias**, em sintonia com os princípios, regras, direitos e obrigações estabelecidos no Acordo relativo à Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio.
11. Quanto à cooperação técnica, saudámos a decisão de criar um grupo de trabalho de carácter técnico para as auditorias e as inspeções e reconhecemos os progressos na implementação do Memorando de Acordo sobre bem-estar dos animais assinado em 2013.
12. No que respeita ao **Acordo de Associação birregional UE-MERCOSUL**, sublinhámos a nossa determinação em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado entre o MERCOSUL e a União Europeia. Fizemos um balanço dos progressos efetuados por ambas as partes na implementação do mandato da reunião ministerial de Santiago e concordámos que estamos no bom caminho para, no momento oportuno, trocar ofertas de acesso ao mercado, enquanto passo necessário no processo de negociação.
13. Acolhemos com agrado os resultados da 9.^a Conferência Ministerial da OMC realizada em dezembro de 2013 e enfatizámos a importância de aproveitar este sucesso para dar um novo impulso às negociações multilaterais. Confirmámos o nosso empenho numa aplicação atempada e ambiciosa dos resultados da Conferência, incluindo o Acordo de Facilitação do Comércio, e na criação de um programa de trabalho sobre as restantes questões da Agenda de Desenvolvimento de Doa, de acordo com a Declaração Ministerial de Bali, tendo em vista assegurar o êxito da **Ronda de Doa para o Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio**.

14. Em relação a **questões de económicas globais**, reiterámos a importância de prosseguir o nosso trabalho no G20 para estimular o crescimento e a criação de emprego e para manter a dinâmica da regulamentação financeira, da reforma do FMI e da aplicação de outros compromissos internacionais existentes assumidos no âmbito do G20 e do Conselho de Estabilidade Financeira. Também reafirmámos o nosso empenho em resistir ao protecionismo e em abstermo-nos de levantar entraves ao comércio e ao investimento ou conceder subsídios causadores de distorções comerciais.
15. A competitividade, a inovação e o crescimento económico não podem ser alcançados sem uma estreita **cooperação nas áreas da ciência e tecnologia**. Saudámos os progressos alcançados na última reunião do Comité Diretor Misto (Bruxelas, 26 e 27 de junho de 2013), especialmente em relação à intensificação da cooperação na investigação em áreas-chave, nomeadamente as ciências marinhas, a segurança alimentar, a nutrição, a agricultura e a bioeconomia sustentáveis, a energia, as nanotecnologias e as tecnologias da informação e comunicação (TIC). Reafirmámos o nosso empenho em fazer progressos nessas áreas no âmbito dos grupos de trabalho acordados e em relação ao convite coordenado e planeado para a apresentação de propostas em relação aos biocombustíveis. Também reconhecemos os progressos alcançados na atual cooperação no âmbito do Acordo de Cooperação Euratom-Brasil no domínio da investigação em energia de fusão, particularmente relacionados com o Joint European Torus (JET), que será formalmente adotado na próxima reunião constitutiva do Comité de Coordenação. Esta cooperação eficaz deve ser incentivada mediante o desenvolvimento de um entendimento comum e de objetivos comuns para melhorar as condições-quadro da ciência e da tecnologia. Também saudámos a cooperação científica, direta e dinâmica que envolve entidades de investigação na UE e no Brasil: o intercâmbio contínuo de conhecimentos na área da gestão das catástrofes com o CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) do Brasil e o atlas dos solos da América Latina e das Caraíbas, publicado recentemente, são alguns dos principais elementos neste contexto.
16. No domínio **da cooperação em matéria de TIC**, saudámos a cooperação estratégica alargada em relação à computação em nuvem. Em relação à infraestrutura das TIC, expressámos o nosso apoio à futura instalação de um cabo submarino de fibra ótica a ligar o Brasil e a Europa, que irá melhorar as comunicações entre os dois continentes, facilitar a adoção da banda larga, estimular os investimentos em TIC, reduzir os custos de interconectividade para as nossas empresas e investigadores, melhorar a proteção das comunicações e proporcionar melhores características funcionais.

17. Em relação à **cooperação no domínio da educação**, registámos a importância que todos os Estados-Membros da UE dão ao programa Ciência Sem Fronteiras e o seu interesse em aumentar no futuro a sua participação. Também expressámos o nosso otimismo em relação à melhoria da mobilidade académica bilateral ao abrigo de projetos emblemáticos da UE, como o programa Erasmus+ e as ações Marie Skłodowska-Curie, com início em 2014. Aguardamos com interesse os intercâmbios que se realizarão esta semana em Bruxelas durante o Fórum de Reitores UE-Brasil sobre a internacionalização, inovação e o empreendedorismo no ensino superior, quando os reitores e funcionários governamentais debaterem os programas de mobilidade e a inovação no ensino superior. Tendo em consideração todos esses programas, intercâmbios, decisões e boas práticas relacionados com a mobilidade académica, iremos continuar a trabalhar no reconhecimento das qualificações e dos graus académicos entre os Estados-Membros da UE e o Brasil. Também reconhecemos o importante contributo da mobilidade e da migração para o desenvolvimento económico e social das nossas sociedades.
18. Os **transportes e as infraestruturas** são dinamizadores importantes do crescimento. Salientámos a nossa abertura ao investimento internacional e à cooperação em melhorias de infraestruturas na UE e no Brasil. Neste contexto, apoiamos as negociações em curso em relação ao **Acordo de transporte aéreo UE-Brasil**. Iremos trabalhar em conjunto para concluir as negociações no mais breve prazo possível.
19. Também saudámos o diálogo sobre a **política de transportes marítimos**, que permitiu um intercâmbio frutuoso de pontos de vista e de informações. O aumento da cooperação nesta área ajuda a gerar benefícios para a indústria marítima e para os fluxos de intercâmbios comerciais entre a UE e o Brasil em geral.
20. Por último, reafirmámos a nossa intenção de iniciar um diálogo estruturado sobre a **cooperação espacial**, conforme definido na carta de intenções assinada em 2011, que reconhece os potenciais benefícios mútuos para a competitividade económica e industrial no Brasil e na UE.

Estreitamento da cooperação em matéria de política externa

21. Acordámos na importância de promover a parceria estratégica birregional entre a UE e a América Latina e Caraíbas de modo a contemplar os domínios prioritários identificados no Plano de Ação UE-CELAC. A UE e o Brasil continuarão a apoiar a sua implementação e possível futuro alargamento a novos domínios de atividade. Neste contexto, reafirmámos a importância da Fundação UE-ALC e reconhecemos o papel que a Fundação pode desempenhar no aprofundamento e no reforço da parceria birregional; reiterámos a nossa determinação em concluir o mais rapidamente possível as negociações de um acordo internacional para conferir uma nova dimensão à Fundação.

22. Reiterámos o nosso firme apego à estabilidade, à segurança e ao desenvolvimento do **Haiti**, o único país das Américas onde está em curso uma missão de manutenção da paz da ONU (MINUSTAH). Preconizámos um maior apoio da comunidade internacional aos esforços do Haiti para atingir um desenvolvimento sustentável associado à inclusão social e ao reforço das instituições do Estado, incluindo a Polícia Nacional haitiana.
23. Acordámos na importância de um sistema multilateral efetivo, centrado numa **Organização das Nações Unidas** forte, como fator essencial da resposta aos desafios mundiais. Reafirmámos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, (incluindo o seu Conselho de Segurança) que reforce a sua representatividade e eficácia, sem afetar a sua natureza executiva, de forma a torná-la mais apta a responder aos desafios globais do momento. Neste sentido salientámos que, quase 70 anos após a criação da Organização e 10 anos após a adoção do documento final da Cimeira Mundial de 2005, é tempo de chegar a resultados concretos.
24. No que toca à **paz e à segurança internacionais**, congratulámo-nos com a realização em 2013 da primeira reunião do diálogo bilateral de alto nível, que abordou entre outras as questões da manutenção e promoção da paz e incumbiu o diálogo de explorar outros pontos de complementaridade e eventuais domínios de cooperação em matéria de segurança e defesa, inclusive no quadro das Nações Unidas, com base na nossa vasta experiência e boas práticas.
25. Reafirmámos também que estamos empenhados num esforço conjunto a fim de apoiar e fortalecer os tratados, acordos e regimes jurídicos **multilaterais** em matéria de desarmamento e não proliferação, e de cumprir inteiramente as nossas obrigações e compromissos internacionais. Decidimos prosseguir o nosso diálogo sobre desarmamento e não proliferação, incluindo questões como o apoio ao processo de revisão do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), à Conferência do Desarmamento, à Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e à entrada em vigor do Tratado de Proibição Total dos Ensaios Nucleares (CTBT) e do Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA). Por fim, concordámos em continuar a debater outros temas da agenda internacional, tais como o processo conducente a um **Código de Conduta Internacional sobre as Atividades no Espaço**.
26. Estamos muito apreensivos com o derramamento de sangue contínuo e indiscriminado que se abate sobre a população civil da Síria e apelamos ao pleno respeito do direito internacional humanitário, à cessação de todos os atos de violência, ao acesso imediato e sem entraves das equipas humanitárias e à prestação de assistência às pessoas que dela precisam, especialmente nas zonas sitiadas. Acreditamos que a única solução para o conflito reside numa transição política liderada pela Síria que corresponda às legítimas aspirações do povo sírio, com base na aplicação integral do Comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012. A este respeito, saudamos o esforço desenvolvido pelo Enviado Especial das Nações Unidas e da Liga Árabe para a Síria, Lakhdar Brahimi, a fim de reunir o Governo e a oposição para negociarem uma solução pacífica para o conflito. Todas as partes devem demonstrar total empenho no cumprimento das obrigações decorrentes da Resolução 2118 (2013) do CSNU. Instamos em especial à célere implementação do acordo sobre a eliminação das armas químicas.

27. Também passámos em revista os nossos esforços conjuntos para apoiar a realização de **negociações** diretas entre **Israel e a Palestina** que conduzam a uma solução assente em dois Estados, com base nas fronteiras de 1967, em que ambas as partes coexistam em paz e segurança. Neste contexto, veríamos com agrado a celebração de um acordo sobre toda a problemática do estatuto final que respeitasse inteiramente o legítimo direito de ambas as partes à autodeterminação. Louvámos o esforço que os Estados Unidos da América estão a desenvolver para facilitar a obtenção de um acordo que ponha definitivamente termo ao conflito. Além disso, acordámos em que ambas as partes devem evitar quaisquer atos que comprometam as negociações, incluindo os colonatos israelitas, que são ilegais nos termos do direito internacional.
28. No que toca ao **Irão**, manifestámos o nosso apoio à cabal execução do Plano de Ação Conjunto de Genebra, de 24 de novembro de 2013, e decidimos prosseguir os nossos esforços diplomáticos junto do Irão no intuito de se chegar a uma resolução global e duradoura da questão nuclear.
29. Felicitamos as autoridades e o povo da Tunísia pela adoção, no final de janeiro de 2014, da nova Constituição da **Tunísia**, que resultou de um amplo consenso atingido através de negociações abertas e democráticas. Reiterámos o nosso apoio ao processo de transição da Tunísia.
30. No que toca à **África**, expressámos todo o nosso apoio aos esforços da União Africana e das organizações sub-regionais africanas no sentido de encontrar soluções africanas para os problemas regionais e de fazer face aos problemas de segurança do continente. Reconhecemos que o desenvolvimento socioeconómico, a erradicação da pobreza, o crescimento acelerado, o reforço das capacidades dos Estados, o Estado de direito e a coordenação regional são elementos cruciais para combater as causas profundas dos conflitos e alcançar uma paz duradoura. Concordámos em prosseguir o nosso diálogo sobre as políticas para o **Sael** e a **África Ocidental**, por forma a apoiar os países da região que se veem confrontados com problemas socioeconómicos e de segurança.
31. No que se refere ao **Mali**, reconhecemos os esforços feitos pelos dirigentes malianos para regressar à plena ordem constitucional e restaurar a unidade, a paz e a ordem pública em todo o território. Reafirmámos o nosso apoio ao processo de reconciliação nacional e encorajámos os esforços desenvolvidos para alcançar uma paz duradoura no norte do Mali com a ajuda das Nações Unidas. Sublinhamos a importância de se avançar nas negociações, que devem assentar na inclusão política. Apoiamos os esforços desenvolvidos pela Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA) na sua ação que visa estabilizar totalmente o país, proteger os civis, acompanhar a situação dos direitos humanos, criar condições para a prestação de assistência humanitária e o regresso das pessoas deslocadas e estender a autoridade do Estado a todo o país. Reconhecemos também as realizações e os progressos alcançados pela missão de formação da UE. Destacámos a importância da segurança e do desenvolvimento económico e social, especialmente no norte do país, para a paz e a estabilidade a longo prazo não só no Mali, mas em toda a sub-região.

32. Sublinhámos que é importante que a **Guiné-Bissau** restabeleça a sua ordem constitucional organizando eleições livres, justas e credíveis assim que possível, para que um governo legítimo possa construir os fundamentos de uma democracia estável e pacífica na Guiné-Bissau – o que também terá de passar pela reforma do setor da segurança, pelo combate à impunidade e pela promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento socioeconómico. Destacámos os esforços feitos pelas Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, União Europeia e CPLP para apoiar o regresso à democracia constitucional e à estabilidade a longo prazo na Guiné-Bissau. Reconhecemos a importância de reforçar as instituições democráticas, promover a reforma do setor da segurança e garantir a segurança alimentar no período pós-eleitoral e de melhorar a coordenação entre os diversos intervenientes internacionais, especialmente através da Formação "Guiné-Bissau" da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas.
33. No que diz respeito à **República Centro-Africana**, expressámos o nosso apoio ao povo e às autoridades de transição deste país, que se esforçam para restabelecer a paz, promover uma transição política de reconciliação e a futura construção do Estado, e organizar eleições livres, justas e transparentes até fevereiro de 2015. Manifestámos, além disso, a nossa profunda preocupação face à gravidade da situação humanitária e aos relatos de violação generalizada dos direitos humanos. Apoiamos plenamente os esforços da MISCA e aguardamos com expectativa o relatório do Secretário-Geral da ONU sobre as medidas que seriam necessárias para projetar uma operação de paz da ONU, tendo em conta os pontos de vista de todas as partes e organizações pertinentes.
34. No que toca ao **Sudão do Sul**, saudámos a assinatura do acordo de cessação das hostilidades, bem como do acordo sobre o estatuto das pessoas detidas, entre o Governo da República do Sudão do Sul e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão, na oposição. Saudámos o lançamento das conversações políticas em Adis Abeba (Etiópia) a 11 de fevereiro, sob a égide da IGAD, no intuito de alcançar uma paz sustentável. Sublinhámos que todas as partes implicadas devem respeitar estes dois acordos e encetar um processo pacífico de reconciliação, caracterizado pela moderação, pela inclusão e pela predominância do diálogo. Congratulamo-nos com a intenção manifestada pela União Africana de instituir uma comissão encarregada de investigar as violações dos direitos humanos com vista a formular recomendações sobre a responsabilização, reconciliação e a escuta.

Resposta conjunta aos desafios mundiais

35. Preocupados com as conclusões dos relatórios de avaliação do Painel Intergovernamental sobre as **Alterações Climáticas**, reiterámos a nossa determinação em atingir o objetivo geral de garantir que o aumento da temperatura média global se mantenha a um nível inferior a 2° C em relação aos níveis pré-industriais. Neste contexto, reafirmámos o compromisso de chegar a um resultado ambicioso, justo, equilibrado e juridicamente vinculativo nas negociações conducentes à adoção de um protocolo, ou outro instrumento jurídico internacional, ou a um resultado acordado que tenha efeitos jurídicos nos termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) e que seja aplicável a todas as partes, a aprovar até 2015 e a implementar a partir de 2020. Destacámos igualmente a importância de que as obrigações assumidas no quadro da CQNUAC e respetivo Protocolo de Quioto sejam urgentemente cumpridas de forma sustentada.
36. Varsóvia representou um importante passo em frente nas negociações internacionais sobre o clima. Concordámos em fortalecer a nossa cooperação a fim de assegurar que a Conferência das Partes na CQNUAC que decorrerá em Lima, em 2014, seja marcada por um avanço substancial na via de um novo acordo global no âmbito da Convenção. Sublinhámos a urgência de que todas as Partes iniciem ou intensifiquem os preparativos internos para os contributos determinados a nível nacional que tencionam facultar e os comuniquem bastante antes da Conferência de Paris de 2015, ou seja, já no primeiro trimestre de 2015 em relação às Partes prontas para tal. Por último, saudámos a definição de prioridades do diálogo em matéria climática para 2014 que foi feita pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e reconhecemos que a cimeira de dirigentes mundiais sobre o clima agendada para setembro será uma ocasião importante para mostrar a determinação dos dirigentes em superar o premente desafio da luta contra as alterações climáticas.
37. No que toca ao **desenvolvimento sustentável**, reafirmámos o nosso empenho em trabalhar sob a égide do Fórum Político de Alto Nível sobre o desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar a adoção de uma abordagem integrada e equilibrada das dimensões social, ambiental e económica do desenvolvimento sustentável. Reconhecendo onexo que existe entre a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, sublinhámos a necessidade de uma abordagem coerente. Reafirmámos também a necessidade de uma estreita cooperação em matérias como a conservação da biodiversidade, a utilização e o acesso sustentáveis aos recursos genéticos e a partilha dos benefícios (ABS), a redução do risco de catástrofes e a capacidade de resistência às mesmas, a gestão sustentável das florestas, o comércio sustentável de espécies e produtos selvagens, o consumo e a produção sustentáveis e as tecnologias limpas, e ainda a cooperação para a utilização e gestão sustentáveis dos recursos hídricos, incluindo as águas internacionais, contribuindo assim para a proteção e a utilização racional dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável.

38. Acordámos em que o **quadro pós-2015** deverá ter ambições abrangentes e universais e incluir como elemento central a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Também acordámos em que esse quadro deverá promover a paz e a segurança, a governação democrática, o Estado de direito, a igualdade de género e os direitos humanos para todos e assentar numa abordagem centrada nos direitos humanos. Reafirmámos o nosso empenho em levar por diante o processo intergovernamental baseado nos trabalhos do Grupo Aberto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Comité Intergovernamental de Peritos para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, a fim de definir a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e chegar a um quadro ambicioso em harmonia com os documentos finais da Conferência Rio+20 e do Evento Especial dos ODM, em que foi realçada a necessidade de uma abordagem coerente que integre de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável.
39. No que diz respeito à **energia**, saudámos o diálogo do Brasil com a Agência Internacional da Energia e a oportunidade oferecida por um estreitamento das relações, através dos fóruns multilaterais, para apoiar a transparência no mercado mundial da energia. Destacámos também as possibilidades de ampliar a cooperação bilateral no domínio da investigação e desenvolvimento de energias renováveis, incluindo as iniciativas conjuntas em matéria de eficiência energética e produção sustentável de biocombustíveis. Afirmámos a importância de avançar nestes domínios e reiterámos a nossa decisão de fazer avançar a cooperação conforme acordado em anteriores cimeiras UE-Brasil. As energias renováveis desempenham um papel crucial no que toca a alargar o acesso à energia, promover o desenvolvimento local de forma sustentável, e ajudar a reduzir a pobreza. Neste sentido, destacámos a importância do nosso apoio ao esforço mundial para promover a utilização de fontes de energia renováveis e o incremento das relações comerciais entre empresas e PME da UE e do Brasil que desenvolvem atividades neste setor. Quanto à necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes, reiterámos a importância de desenvolver alternativas viáveis aos combustíveis fósseis.
40. Relativamente à cooperação para o desenvolvimento, manifestámos a vontade de trabalhar em conjunto a fim de reforçar a eficácia da cooperação internacional para o desenvolvimento. Neste contexto, destacámos a importância das principais reuniões multilaterais e intergovernamentais nesta matéria que terão lugar em 2014, nomeadamente o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC e a primeira reunião de alto nível da Parceria Mundial para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento, aguardando com expectativa a oportunidade de envidarmos todos os esforços para apoiar a implementação eficaz da agenda de desenvolvimento pós-2015, através de uma parceria mundial inclusiva e multifacetada. Expressámos o nosso apoio ao modelo sul-sul de cooperação para o desenvolvimento adotado pelo Brasil e reconhecemos as realizações das iniciativas de cooperação trilateral desenvolvidas entre membros da UE e o Brasil em prol de países em desenvolvimento.

41. No que toca à **cooperação em matéria de ajuda humanitária**, reiterámos o nosso apego aos princípios humanitários e ao direito internacional humanitário, com destaque para as atividades de salvamento de vidas humanas e para a relação destas atividades com a resiliência e o desenvolvimento sustentável. Realçámos a necessidade de participar na ajuda humanitária e de cooperar neste domínio, nomeadamente através de agências multilaterais.
 42. Congratulámo-nos também com o aprofundamento da nossa parceria num vasto leque de **questões de segurança transnacional** que afetam os cidadãos da União Europeia e do Brasil. Esta parceria baseia-se na nossa convicção de que o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, por um lado, e os esforços conjuntos para fortalecer a cooperação no domínio da segurança, por outro, se reforçam mutuamente. Decidimos trabalhar em conjunto para enfrentar as novas ameaças às redes globais de que a segurança e a prosperidade das nossas sociedades livres estão cada vez mais dependentes.
 43. Reconhecendo tudo isto, e bem assim os crescentes ciberdesafios, saudámos a instituição de um **Diálogo UE-Brasil sobre Ciberpolítica Internacional**, que abordará uma série de domínios prioritários específicos, tais como o direito à liberdade de expressão e ao respeito da vida privada, e apresentará no prazo de um ano um relatório sobre os progressos registados.
 44. Reiteramos a nossa firme convicção de que a governação da Internet deve ser inclusiva, transparente e basear-se num verdadeiro modelo plurissetorial. Neste contexto, decidimos cooperar para garantir o êxito da Reunião Plurissetorial Mundial sobre o Futuro da Governação da Internet que terá lugar em São Paulo, a 23 e 24 de abril de 2014.
 45. Por último, destacámos a importância de uma abordagem abrangente para o **problema da droga a nível mundial**, seguindo o princípio da responsabilidade comum e partilhada, e tendo em conta as dimensões da prevenção do consumo de substâncias ilícitas, do desenvolvimento social e da promoção e proteção dos direitos humanos. Congratulámo-nos com a realização da primeira reunião do Diálogo Setorial UE-Brasil sobre a Droga (Bruxelas, 2013) e manifestámos a expectativa de que este exercício seja prosseguido.
-